



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls.

107

2ª CÂMARA CÍVEL

**APELAÇÃO CÍVEL 0003663-09.2000.8.17.0001 (0244098-2)**

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
REVISOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
APELANTE: DIÁRIO DE PERNAMBUCO S/A  
APELADA: PRISMA CELULAR E RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

**EMENTA:** APELAÇÃO. DIREITO CAMBIÁRIO E CIVIL. PROTESTO DE DUPLICATA DESPROVIDA DE CAUSA. DANO MORAL "IN RE IPSA". REPARAÇÃO. OBSERVÂNCIA DE CRITÉRIOS LEGAIS E DOUTRINÁRIOS. MANUTENÇÃO DO ARBITRAMENTO SENTENCIAL. JUROS MORATÓRIOS ANTES DA VIGÊNCIA DO NOVO CÓDIGO CIVIL. ÍNDICE DE 0,5% A.M. (MEIO POR CENTO AO MÊS). INTELIGÊNCIA DO ART. 1.062 DO CC/1916. PROVIMENTO PARCIAL.

- O protesto de duplicata desprovida de causa presume o dano moral.

- A reparação imaterial obedece a critérios legais e doutrinários, dentre eles, a extensão do dano, a capacidade das partes e o caráter pedagógico da medida. Sentença conforme estes parâmetros. Arbitramento mantido.

- Na seara da Responsabilidade Civil, ausente previsão contratual diversa, os juros moratórios incidem em 0,5% a.m. (meio por cento ao mês) até 10.01.2003, véspera da vigência do Novo Código Civil. Aplicação do art. 1.062 do diploma revogado.

- Provimento parcial, para determinar a incidência dos juros de mora segundo o balizamento mencionado, tendo como marco inicial a data da contestação, ante a inocorrência do ato citatório. A partir de 11.01.2003, o índice passa a ser de 1,0% a.m. (um por cento mensal), nos termos do art. 406 do CC/02 c/c o art. 161, § 1.º, do CTN.

C



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*

TJPE

Fls. \_\_\_\_\_

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário em **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao Recurso, de conformidade com o Termo de Julgamento e o voto do Relator que, devidamente revisto e rubricado, passa a integrar o julgado.

Sala de Sessões, 130313

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 0003663-09.2000.8.17.0001 (0244098-2)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
REVISOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO  
APELANTE: DIÁRIO DE PERNAMBUCO S/A  
APELADA: PRISMA CELULAR E RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

R E L A T Ó R I O

Trata-se de recurso contra sentença da 21.ª Vara Cível do Recife, que julgou procedente "Ação Ordinária Declaratória de Inexistência de Débito c/c Anulação de Título Cambial e Arbitramento e Reparação de Dano Moral" (fl. 73).

O Juiz declarou a inexistência de obrigações cambiais, ordenando o cancelamento dos respectivos protestos, e condenou o Apelante ao pagamento de indenização por dano moral de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Determinou a incidência de correção monetária segundo a Tabela do ENCOGE, a partir da decisão, além de juros moratórios de 1,0% a.m. (um por cento ao mês), contados da contestação, tendo em vista a inocorrência do ato citatório.

Custas e honorários advocatícios a cargo do jornal, arbitrados estes últimos em 10% da cifra reparatória.

1 C



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*

TJPE

Fls. \_\_\_\_\_

A Prisma Celular propôs o feito originário, alegando danos decorrentes da emissão indevida de duplicatas pelo Recorrente, levadas a protesto em julho de 1999.

Os valores em questão seriam de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem) e R\$ 1.000,00 (hum mil reais), respectivamente (fls. 20 e 21).

As cártulas teriam como causa a contratação de serviços publicitários junto ao grupo midiático, operação negada pela Autora (fl. 03).

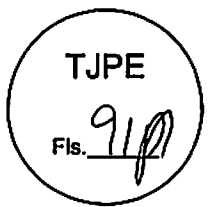
Em seu Apelo, o Diário de Pernambuco defende a realização de negócio com a adversária, encontrando-se esta em débito (fl. 76).

Alega ter juntado aos autos notas fiscais e dois instrumentos contratuais firmados pela suposta devedora, documentos cuja veracidade não fora contestada (fl. 76).

Busca eximir-se da responsabilidade ou, alternativamente, reduzir a reparação a um salário mínimo (fl. 78).



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



Pugna pela redução dos juros moratórios de 1,0% (um por cento) para 0,5% a.m. (meio ponto percentual ao mês), índice vigente quando da propositura da ação, em 2000.

Preparo à fl. 79.

Ausência de contrarrazões certificada à fl. 83.

É o relatório.

À D. Revisão.

Recife,

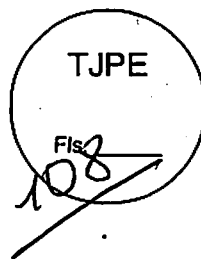
06/06/12

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 0003663-09.2000.8.17.0001 (0244098-2)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
REVISOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO  
APELANTE: DIÁRIO DE PERNAMBUCO S/A  
APELADA: PRISMA CELULAR E RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

V O T O

1. O Diário de Pernambuco emitiu duas duplicatas em decorrência de supostos contratos publicitários com a Recorrida, as quais vieram a ser protestadas (fls. 20/21).

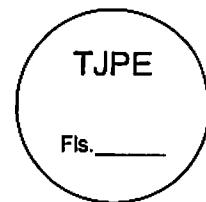
No intuito de comprovar suas alegações, juntou "cópias" de notas fiscais, instrumentos contratuais e peças veiculadas (fls. 29 e ss).

Nas faturas e respectivos contratos, o endereço da Prisma Celular seria a Rua Ribeiro de Brito, n.º 1.113, Boa Viagem, Recife/PE.

Por outro lado, a publicação dos reclames atendeu à empresa "CELMAX", situada na Rua Padre Carapuceiro, n.º 800, Loja 11, do Hiper Center Boa Viagem (fls. 33/36).



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Araújo de Moraes



Esses dados divergem do documento de constituição societária da Apelada e do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (fls. 15/19).

Neles a sede da empresa situa-se na Rua Engenheiro Álvaro Celso, n.º 17, Imbiribeira, nesta cidade

Ademais, inexiste referência ao nome de fantasia "CELMAX".

E por fim os contratos apresentados pelo Recorrente foram assinados por indivíduo estranho ao quadro societário da Prisma Celular, qual fora, o "Sr. Paulo Sérgio", não havendo prova de seu vínculo com esta última empresa (fls. 30 e 30).

Consequentemente, as contratações que resultariam nas cédulas controversas não restaram provadas.

O Apelante, enquanto réu, não se desincumbiu do disposto no CPC:

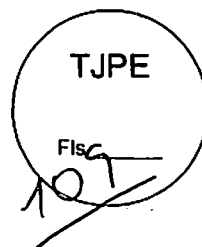
.....

"Art. 333. O ônus da prova incumbe:

"(...);



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



"II – ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor".

.....

Isto posto, a duplicata é um título de crédito causal, emitido em virtude de uma relação empresarial-lastro. Não demonstrada esta, a emissão cartular resulta ilícita.

O dano moral ao ente protestado independe de prova, derivando de presunção acolhida pela jurisprudência.

Colho precedentes:

.....

**"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. *DUPLICATA SEM CAUSA. PROTESTO INDEVIDO DE DUPLICATA. RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RISCO DA ATIVIDADE. DANOS MORAIS.***

I - A jurisprudência desta Corte é no sentido de que, tratando-se de duplicata desprovida de causa, não aceita ou irregular, deverá a instituição financeira responder juntamente com o endossante, por eventuais danos que tenha causado ao sacado.

II - **"O protesto indevido de duplicata enseja indenização por danos morais, sendo dispensável a prova do prejuízo"** (REsp 389.879/MG, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, DJ 02/09/02).

Agravo Regimental improvido.

(STJ: AgRg no Ag 1281078/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/05/2010, DJe 21/06/2010 – g.n.)

.....





**“DIREITO CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. IMPUTAÇÃO DE DÉBITOS ORIGINÁRIOS DE RELAÇÃO JURÍDICA INEXISTENTE. DUPLICATA. EMISSÃO. DESPROVIMENTO DE CAUSA SUBJACENTE. PROTESTO. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE DEVEDORES INADIMPLENTES. ILICITUDE. SOCIEDADE EMPRESARIAL. DANO MORAL. QUALIFICAÇÃO. EXISTÊNCIA DE PROTESTOS ANTECEDENTES. DISCUSSÃO JUDICIAL. ELISÃO DO DANO. INVIABILIDADE. SÚMULA 385 DO STJ. ALCANCE. MODULAÇÃO.**

1. A pessoa jurídica, sendo sujeita de deveres e obrigações e provida de credibilidade e nome comercial, é passível de experimentar dano de natureza moral, cuja caracterização está plasmada na noção da honra objetiva, que está inserida no conceito e prestígio que a criação jurídica erigirá e usufrui perante a praça em que desenvolve suas atividades, transmutando-se em nítido diferencial e fator determinante do sucesso do empreendimento que integra seu objeto social (STJ, Súmula 227).

2. *A imputação de débito e a emissão de duplicata desprovidos de causa subjacente legítima, resultando no protesto do título e na subsequente anotação do nome da pessoa jurídica em cadastros de devedores inadimplentes consubstanciam atos ilícitos que, afetando sua credibilidade, conceito e nome, maculando sua honra objetiva, consubstanciam fatos geradores do dano moral, legitimando que seja agraciada com compensação pecuniária compatível com o havido e consonante com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.*

3. A subsistência de protestos precedentes não obsta a qualificação do dano moral originário do ato cartorário ilicitamente realizado e das anotações restritivas de crédito que ensejara quando os atos subsistentes são objeto de questionamento judicial, pois, na modulação do entendimento consolidado no enunciado constante da súmula 385 do Superior Tribunal de Justiça, somente a anotação realizada de forma legítima é hábil a desqualificar a ofensa moral derivada de registros restritivos subsequentes.

4. Apelo conhecido e desprovido. Unânime.

(TJDFT: Acórdão n. 552937, 20090910219463APC, Relator TEÓFILO CAETANO, 1ª Turma Cível, julgado em 30/11/2011, DJ 05/12/2011 p. 78 – g.n.)

.....

**“APELAÇÃO CÍVEL. DUPLICATA. TÍTULO CAUSAL. PROTESTO INDEVIDO. NEGÓCIO NÃO APERFEIÇOADO. DANOS MORAIS. CRITÉRIOS.**

1. Comprovado que não se aperfeiçoou o negócio jurídico que deu causa à emissão da duplicata, bem como que tal título não foi apresentado à autora para aceite ou recusa, é indevido o seu protesto.



2. *O protesto indevido de título de crédito abala a honra e a imagem da empresa, ensejando reparação dos danos morais a ela causados.*

3. A indenização por danos morais deve ser fixada considerando a intensidade do dano, bem como as condições da vítima e do responsável, de modo a atingir sua dupla função: reparatória e penalizante. De igual modo, não pode ser fonte de enriquecimento ilícito.

4. *Apelação improvida*”.

(TJDFT: Acórdão n. 542432, 20100111136950APC, Relator ARNOLDO CAMANHO DE ASSIS, 4ª Turma Cível, julgado em 06/09/2011, DJ 21/10/2011 p. 121 – g.n.)

.....

2. N’outro vértice, a indenização de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) não destoa dos critérios da doutrina<sup>1</sup>.

Assim sendo, o *quantum* arbitrado em Primeiro Grau não enseja enriquecimento sem causa, está de acordo com a extensão do dano, as condições de ambos os litigantes e atende ao caráter pedagógico da medida.

A propósito:

.....

**“RECURSO ESPECIAL. TÍTULOS DE CRÉDITO. DUPLICATAS SEM CAUSA. PROTESTO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REDUÇÃO.**

1. O contrato de factoring convencional é aquele que encerra a seguinte operação: a empresa-cliente transfere, mediante uma venda cujo pagamento dá-se à vista, para a empresa especializada em fomento mercantil, os créditos derivados do exercício da sua atividade empresarial na relação comercial com a sua própria clientela – os sacados, que são os devedores na transação mercantil.

<sup>1</sup> Antônio Jeová Santos elenca os seguintes critérios para avaliação do dano moral:

“a) não se deve aceitar uma indenização meramente simbólica; b) deve ser evitado o enriquecimento injusto; c) os danos morais não se amoldam a uma tarifação; d) não deve haver paralelismo ou relação na indenização por dano moral com o dano patrimonial; e) não é suficiente a referência ao mero prudente arbítrio do juiz; f) há que se levar em consideração a gravidade do caso, bem como as peculiaridades da vítima e de seu ofensor; g) os casos semelhantes podem servir de parâmetro para as indenizações; h) a indenização deve atender ao chamado prazer compensatório, que nós preferimos chamar de lenitivo e, finalmente: i) há que se levar em conta o contexto econômico do país”. Vide: SANTOS, Antonio Jeová. *Dano moral*. 3. ed. São Paulo: Método, 2001.



2. Nada obstante os títulos vendidos serem endossados à compradora, não há por que falar em direito de regresso contra o cedente em razão do seguinte: (a) a transferência do título é definitiva, uma vez que feita sob o lastro da compra e venda de bem imobiliário, exonerando-se o endossante/cedente de responder pela satisfação do crédito; e (b) o risco assumido pelo faturizador é inerente à atividade por ele desenvolvida, ressalvada a hipótese de ajustes diversos no contrato firmado entre as partes.

3. Na indenização por dano moral por indevido protesto de título, mostra-se adequado o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Precedentes 4. Recurso especial conhecido em parte e provido”.

(REsp 992.421/RS, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, Rel. p/ Acórdão Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/08/2008, DJe 12/12/2008 – g.n.)

.....

3. Quanto aos juros moratórios, a decisão deve ser revista, porquanto o índice de 1,0% a.m. (um por cento ao mês) incide a partir de 11.01.2003, quando da entrada em vigor do Novo Código Civil<sup>2</sup>.

Antes desse marco, aplicam-se os juros mensais de 0,5% (meio ponto percentual), com base no art. 1.062 do diploma revogado<sup>3</sup>, contados da data contestação, 19.03.2001, pela inocorrência do ato citatório (fls. 24 e 25).

<sup>2</sup> Novo Código Civil: “Art. 406. Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional” (g.n.).

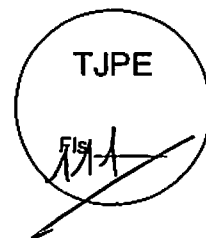
Código Tributário Nacional: “Art. 161. O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta Lei ou em lei tributária.

“§ 1.º Se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora são calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês” (g.n.).

<sup>3</sup> Código Civil de 1916: “Art. 1.062. A taxa dos juros moratórios, quando não convencionada (art. 1.262), será de seis por cento ao ano (g.n.)”.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Firme nestes fundamentos, **DOU PROVIMENTO PARCIAL** ao Recurso, modificando a sentença apenas no tocante à incidência dos juros de mora, os quais deverão incidir segundo os ditames referidos.

É como voto.

Recife, 130813

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



112

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador Adalberto de Oliveira Melo**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0244098-2**

APELANTE: DIÁRIO DE PERNAMBUCO S/A

APELADO: PRISMA CELULAR E RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

REVISOR: DES ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

**SEGUNDA CÂMARA CÍVEL**

**VOTO DE REVISÃO**

Trata-se de Ação de Ordinária Declaratória de Inexistência de débito c/c Anulação de Título Cambial e arbitramento de reparação por dano moral.

Como bem salientou o juízo monocrático, os documentos juntados pela demandada não comprovam o direito por ela alegado, uma vez que o endereço constante nas notas fiscais diverge do constante no contrato e publicidade daquele informado na constituição da sociedade (fls. 16), bem como do CNPJ juntado às fs. 22.

Anote-se, ainda, que às fls. 33/36 as propagandas se referem a uma empresa denominada "CELMAX", cujo nome não se encontra inscrito em nenhum documento juntado aos autos.

Acrescento, outrossim, que os contratos assinados não constam o nome de nenhum dos sócios da apelada, é o que se verifica no seu contrato social às fls. 15/19.

Destarte, agiu arbitrariamente a apelante ao cobrar quantia indevida, configurando um desvio de conduta repudiado pelo direito, havendo por isso o dever de ressarcir os prejuízos acarretados.

Por outro lado, a indenização de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) obedece aos critérios de razoabilidade e de proporcionalidade ao dano sofrido pela apelada.

A pessoa jurídica pode sofrer dano moral (Súmula 227 do STJ), cabendo-lhe demonstrar, apenas, o fato lesivo e o nexo causal, sendo

113

desnecessária a prova do prejuízo sofrido (repercussão da lesão no patrimônio do ofendido).

Registro, apenas, que os juros mensais devem incidir no percentual de 0,5% (meio ponto percentual), devidos da data da contestação (19.03.2001), com fundamento no artigo 1.062 do antigo Código Civil, até a vigência do novo Código Civil em data de 11.01.2003, quando serão majorados para 1% (um ponto percentual) ao mês.

**ANTE O EXPOSTO**, dou provimento parcial ao recurso, alterando apenas a incidência dos juros de mora, os quais obedecem à legislação vigente à época da incidência.

É como voto.

*Assento de Des. Adalberto de Oliveira Melo*  
Des. Adalberto de Oliveira Melo  
REVISOR